



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EAD
CAMPUS V - JOÃO PESSOA**

FABIANO GOMES MONTEIRO

CIÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA: UM CAMINHO PARA FORMAÇÃO CIDADÃ

JOÃO PESSOA-PB

2023

FABIANO GOMES MONTEIRO

CIÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA: UM CAMINHO PARA FORMAÇÃO CIDADÃ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Área de concentração: Ciência Política

Orientadora: Profa. Dra. Janine Vicente Dias

JOÃO PESSOA-PB
2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M775c Monteiro, Fabiano Gomes.
Ciência política na escola [manuscrito] : um caminho para a formação cidadã / Fabiano Gomes Monteiro. - 2023.
16 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Janine Vicente Dias, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância. "

1. Ciência política. 2. Cidadania. 3. Escola. I. Título

21. ed. CDD 351

FABIANO GOMES MONTEIRO

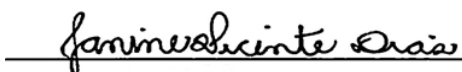
CIÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA: UM CAMINHO PARA FORMAÇÃO CIDADÃ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Área de concentração: Ciência Política

Aprovado em: 06 de Julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Janine Vicente Dias (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dr. Odilon Avelino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	8
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	9
3.1 Perspectivas no Ensino da Ciência Política.....	9
3.2 A Ciência Política e a Formação Cidadã: entraves atuais	12
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
5REFERÊNCIAS.....	17

CIÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA: UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

POLITICAL SCIENCE AT SCHOOL: A PATH TO CITIZEN EDUCATION

Fabiano Gomes Monteiro¹

RESUMO

O presente trabalho, em forma de artigo, teve como objetivo geral discutir a inserção da ciência política no ensino médio. Este estudo se justifica visto a importância da ciência política na formação cidadã e por considerar que a escola é um dos espaços sociais de suma importância no desenvolvimento da ciência política. Para tal feito foi adotada uma abordagem de pesquisa, considerando o objeto do estudo, do tipo bibliográfica, com revisão de publicações científicas, considerações teóricas ou paradigmas para a possibilidade de debate das proposições sobre a temática. Como resultado, verificou-se que os conteúdos da ciência política são inseridos no ensino médio através da Sociologia, que existe deficiência no tocante a formação dos professores, bem como materiais didáticos, carga horária reduzida e conteúdo com pouca abordagem da temática a ser estudada.

Palavras-chave: Ciência Política. Cidadania. Escola.

ABSTRACT

This article has the general objective of understanding how political science is inserted in high school. This study is justified given the importance of this type of content in citizenship education and considering that the school is one of the most important social spaces in the development of political science. For this purpose, a research approach was adopted, considering the object of study, of the bibliographic type, with a review of scientific publications, theoretical considerations or paradigms for the possibility of debating propositions on the subject. As a result, it was found that the contents of political science are inserted in high school through Sociology, in terms of teacher training, as well as deficient teaching materials, reduced workload and content with little approach to the theme to be addressed studied.

Keywords: Political Science. Citizenship. School.

¹ Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail para contato: fgmonteirojp@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A relação da sociedade e dos comportamentos sociais é uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que o modelo social influencia nos comportamentos sociais, estes também têm o poder de alterar a configuração social. O comportamento é perceptível pelas condutas que o cidadão assume diante das várias situações. Quando se fala em conduta, deve-se ter em mente que a mesma está estruturada a partir da formação do cidadão, e sobretudo a maneira como as informações recebidas em várias instituições sociais, como a escola, se tornam conhecimentos e conseqüentemente mudanças na postura cidadã. Para tanto, construir um comportamento cidadão é necessário desenvolver uma formação cidadã, e um dos ambientes para tal formação é fundamentalmente: o escolar. Anteriormente à escola, a família é considerada a primeira instituição a qual o indivíduo faz parte, e é notório que é importante o seu papel na formação do ser social. No entanto é na escola que o indivíduo terá a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico, baseado em fundamentos necessários para entender a realidade, e compreender de que maneira a política faz parte do seu cotidiano e do seu papel enquanto cidadão ativo na sociedade.

A partir do ambiente escolar é possível concretizar a formação cidadã. Esta, poderá ser almejada desde que existam disciplinas que abordem temas relacionados à ciência política, possibilitando um despertar para o entendimento e consciência do seu papel enquanto cidadão, marcado pelo sentimento de pertencimento de uma sociedade, com isso participar ativamente das decisões sociopolíticas.

Há que se ter em mente que ciência política ultrapassa a organização de um Estado através dos representantes da sociedade eleitos por meio de um pleito. Política diz respeito ao entendimento de como foi formada a sociedade, conhecer os caminhos tomados pelas gerações anteriores para chegar na configuração atual de sociedade, onde o indivíduo possui direitos, deveres e regras estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente.

Por isso, a discussão da ciência política no espaço escolar com vistas a alcançar a formação do indivíduo deve ser considerada para além dos processos

educativos. Diante o exposto foi adotado como questão problematizadora o seguinte questionamento: como a ciência política é trabalhada no ensino médio? Para a referida questão adotou-se como hipótese: que existem fragilidades na estrutura do ensino de ciência política no nível médio.

Esta proposta teve como objetivo geral compreender a inserção da ciência política no ensino médio. E como objetivo específico detectar possíveis entraves na efetivação da proposta do ensino de ciência política no ensino médio.

O estudo proposto se justifica visto que, diante de um mundo globalizado, onde o indivíduo necessita de uma visão sócio-política ampliada e considerando que o homem é um ser eminentemente social; este estudo apresenta relevância social uma vez que poderá contribuir alertando para as fragilidades no ensino da ciência política no ensino médio. Desta maneira, à medida que trazer à tona a discussão da necessidade da formação do cidadão enquanto ser que está inserido no meio político, bem como das fragilidades presentes no ensino da referida matéria, poderá ampliar a visão no que se refere a importância de participar ativamente das questões sociais, cujo bojo encontra-se na ciência política. Consequentemente poderá exercer sua cidadania com propriedade e contribuir para o desenvolvimento social e político do seu país.

Para o desenvolvimento deste artigo de revisão de literatura, em seu aspecto metodológico, se recorreu à pesquisa de natureza bibliográfica do tipo explicativo. Assim, a revisão de literatura está presente em toda pesquisa, sendo sempre sujeita aos aspectos que dizem respeito à questão estudada e ao tipo de estudo de revisão a ser desenvolvido.

A organização estrutural do trabalho é dividida em cinco seções, sendo elas: Introdução; Procedimentos Metodológicos; Apresentação e Discussão dos Resultados; Considerações Finais e Referências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A palavra *pesquisa* designa o conjunto de atividades que tem como finalidade apresentar conhecimento racional, objetivo e rigoroso. Para os objetivos deste trabalho,

interessa o conceito de *pesquisa científica*: investigação feita com a finalidade de obter conhecimento específico e estruturado a respeito de determinado assunto. Segundo Prestes, ela é um processo reflexivo, sistemático, controlado e crítico que leva a descobrir novos fatos e a perceber as relações estabelecidas entre eles (2012, p. 28).

As pesquisas podem ser classificadas de acordo com os seus objetivos, sua forma de estudo ou seu objeto. Neste caso, considerando-se o objeto do presente estudo, a pesquisa é do tipo bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material já publicado.

Foi realizada buscas na base de dados do google acadêmico, utilizando as palavras-chave: ciência política, cidadania e escola. Os critérios de inclusão foram: o período de tempo, a partir do ano de 1995 até 2023, artigos disponíveis na língua portuguesa e artigos disponíveis sem a necessidade de investimento financeiro. Foram encontrados 32 artigos sendo excluídos 27 por não atender os critérios de inclusão, e para além dos artigos foram utilizados 2 livros de referência para a temática proposta a fim de assimilar conceitos, definições e aplicações, explorando-se os aspectos já publicados.

Deste feito, a pesquisa bibliográfica aqui foi capaz de atender aos objetivos deste trabalho, seja na revisão das considerações teóricas ou paradigmas, e na criação de novas proposições na tentativa de explicar a compreensão de novos fenômenos relativos à área em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perspectivas no Ensino da Ciência Política

A formação da sociedade foi marcada por momentos que a população, após viver um período nômade, momento este cuja preocupação era a luta pela sobrevivência e a produção que buscava a subsistência, se viu na necessidade de delimitar um território e estabilizar seus meios de produção uma vez que aquela realidade já não atendia sua necessidade.

Com a formação das cidades houve a necessidade de organizar politicamente, momento que foi vivido de maneira abusiva pelos reis e posteriormente pelos senhores feudais. Viveram da exploração dos menos favorecidos e subjugando o poder constituído, poder este que faz parte da

constituição do indivíduo enquanto membro dotado de poder decisório nos embates sociais (BOBBIO, 2005).

Ao longo dos anos foi construída e alimentada a narrativa que política não era algo que valesse a pena conhecer e participar. Ainda, não era recomendado envolver-se com questões políticas uma vez que gera disputa e poderia trazer consequências negativas ao indivíduo, haja visto que a vontade dos poderosos sempre prevalecia.

De acordo com Bobbio (2005), a narrativa foi construída exatamente para afastar o desejo e entendimento que política faz parte da vida do ser social. De posse desta premissa a grande maioria da sociedade jamais procuraria conhecer a ciência política e conseqüentemente seria para sempre manipulada pelo poder dominante, pequena parcela da sociedade, onde o poder permaneceria concentrado. Isto promoveria a manutenção de uma cadeia política, onde os pais passam para os filhos o poder de dominação da política. É baseado neste entendimento que surgiu a teoria das elites como forma de explicar a dominação e manutenção do poder da classe política.

A política vai além desta percepção reducionista de manutenção do poder da classe dominante e do discurso dominante das elites. A ciência política deve ser entendida na sua inserção em todos os momentos da vida e em vários espaços sociais. E o processo eleitoral é apenas um evento dentro da complexidade que envolve a ciência política (BOBBIO, 2005).

A ciência política, inicialmente foi vinculada apenas ao viés político, e necessitou se apoiar nas Ciências Sociais com objetivo de fundamentar-se cientificamente considerando conhecimento da sociologia e do direito, e desta forma conseguiu assumir seu real papel que é explicar os fenômenos que envolvem a questão política e sua interação com a economia, sociedade e cultura, não apenas compreender a realidade social de maneira isolada. Cabe mencionar que a ciência política no Brasil sofreu influências estrangeiras dos Estados Unidos e Europa (FORJAS, 1997).

Assim, para além do processo eleitoral, o indivíduo alcançará sua cidadania a partir do momento que desenvolver consciência do seu papel enquanto ser

possuidor de poder originário. É nesta perspectiva que a ciência política deve ser discutida nas instituições formadoras dos indivíduos, principalmente na Instituição Escola.

Por isso, que a escola deve ser considerada não apenas como local de aprendizagem de conteúdos, e sim como espaço formador de indivíduo, que compreenda sua importância enquanto cidadão, detentor de um poder natural, o qual pelo fato de existir já lhe é conferido por natureza.

Embora tenha, nos documentos normativos da educação, previsão do ensino de ciências políticas, foi possível concluir que existem fragilidades no processo de ensino aprendizagem desta temática. Esta realidade se fortalece quando os estudos concluem a inexistência da tradição e valorização da abordagem de conteúdos pertinentes à matéria no processo de formação do cidadão, reforçados pela falta de material didático e professores preparados para discutir os temas propostos nos documentos oficiais da educação. Também foi destaque que a carga horária prevista e distribuição não atendem a necessidade dos jovens com vistas alcançar uma formação cidadã adequada, já que a temática é abordada nos anos finais do ensino médio.

A formação do indivíduo guarda grande complexidade, uma vez que passa pela formação de valores e princípios, além de compreender a importância do seu papel na sociedade. Vale ressaltar que a sociedade não está envolvida em uma bolha, ao contrário, sofre influências múltiplas. A sociedade está inserida num contexto mundial, sofrendo interferências de um mundo capitalista onde a preocupação não está na formação do ser e sim na condição de ter. Uma sociedade que favorece a perda de valores e princípios poderá estar trabalhando para sua finitude enquanto local de formação de indivíduos.

Considerando que a família é a primeira instituição social a qual o indivíduo faz parte, sendo responsável pela formação deste, enquanto ser social, algumas vezes não cumpre seu papel nesse aspecto, delegando à escola tal formação. Daí a importância de se discutir no ambiente escolar a ciência política na perspectiva da formação cidadã. Porém, torna-se um grande desafio uma vez que os conteúdos estudados além de não abordar os temas necessários para a formação do indivíduo,

pode estar sofrendo influência que não contribuem para o processo de emancipação do indivíduo

Houve um período em que a matriz curricular contemplava componentes que buscavam trabalhar valores, formação social e política nas escolas, em que eram discutidos a formação de uma sociedade de um Estado. Conteúdos que versavam sobre a construção de uma base que pudesse florescer em posturas de um cidadão cuja conduta definiria o futuro de uma nação.

3.2 A Ciência Política e a Formação Cidadã: entraves atuais

Quando se refere a ciência política no Brasil, é importante salientar que houve um momento na história que foi citada apenas como política. O sintagma que criou a incorporação do termo ciência ocorreu após parâmetros de cientificidade, formulados na área da ciência social nos Estados Unidos, isto ocorreu devido as técnicas quantitativas de pesquisa a partir de 1960 no Brasil (KEINERT, 2010).

A Ciência Política no Brasil foi influenciada pela literatura estrangeira, especialmente a norte americana, que por sua vez foi influenciada pela Europa. O processo de institucionalização e até mesmo profissionalização das ciências políticas ocorreu após a adoção de paradigmas teóricos próprios e a autonomização no que se refere aos ramos mais antigos e consolidados da área social, especificamente a sociologia e o direito, isto ocorreu nos últimos 50 anos (OLIVEIRA, *et all*, 2019).

O estudo da educação política, segundo Macedo e Maturro (2020), pode se dá sob o ponto de vista teórico, prático e curricular. Do ponto de vista teórico cabe destacar que se dedica ao conhecimento da política e as informações sobre a estrutura e funcionamento do sistema político de um país, do Estado e do Governo. Do prático, a educação política tem por objeto construir valores democráticos e de dever cívico, fatores que guardam íntima relação com a construção de uma sociedade ideal-típica fundamentada em uma cultura democrática consolidada entre os cidadãos. Considerando a abordagem curricular, tem-se que:

O ensinamento teórico desse conteúdo é abordado e difundido pelas escolas por meio dos materiais didáticos adotados. O processo prático de

ensino, por seu turno, pode ser acompanhado por algumas metodologias pedagógicas que visam a uma intervenção experimental dos conteúdos curriculares. No debate da educação política, uma metodologia reconhecidamente utilizada é o Parlamento Jovem, no qual os estudantes vivenciam, na prática, o cotidiano de um processo de tomada de decisão dos parlamentos estaduais, bem como simulam autoria de projetos de lei encaminhados. Nesse sentido, esse método aplicado de formação pedagógica foca a complementação do conteúdo disciplinar aprendido e trabalhado tradicionalmente em sala de aula de forma teórica (MACEDO E MATURANO, 2020).

No Brasil, a disciplina escolar que se encarrega de abordar a Ciência Política é a Sociologia. O documento oficial que orienta a educação são os Parâmetros Curriculares Nacionais, conhecidos como PCNs. São os PCNs que instituíam que o conhecimento de elementos da área de ciências políticas devem ser contemplados juntos dos conteúdos de Sociologia e Antropologia. O mesmo documento orienta que o conteúdo deve ser direcionado para um estudo da política como parte do cotidiano dos indivíduos, possibilitando o entendimento das relações de poder que perpassam as relações sociais nas instituições às quais o indivíduo faz parte. Merece destacar que o referido documento ressalta a importância de contribuir para uma prática política que seja orientada a partir de valores e práticas de cidadania (BRASIL, 2000).

Estudos mais recentes sobre a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Bodart e Feijó (2020) identificaram a presença dos conhecimentos da ciência política nos objetivos das competências propostas neste documento. Os autores ressaltam a importância desses conhecimentos para a Sociologia escolar, uma vez que [...] provoca o pensar sobre questões institucionais articuladas nas ações políticas dos Estados, compreendendo suas dimensões mais subjetivas nas quais se encontram as relações entre Estado e sociedade civil. [...] Atestam a nova BNCC, ao prever como competência “a valorização dos valores humanos e de comportamentos democráticos a partir de uma formação voltada ao exercício da cidadania”, estimula a reflexão do agir em coletividade com base em valores democráticos de respeito mútuo e de tolerância. Nesse sentido, a Sociologia escolar, por meio de suas competências, torna-se um canal de construção de valores democráticos, estimulando possivelmente um sentimento de coletividade e de participação política (BODART; FEIJÓ, 2020, p. 230).

No tocante a formação cívica, acredita-se que tal formação pode influenciar sobremaneira na consciência e importância dos deveres cívicos dos indivíduos. Os estudos mostram que esta crença se fundamenta no fato dos processos de socialização serem responsáveis por internalizar determinados valores, normas

sociais, políticas e culturais e estas permanecerem nas gerações futuras. Estudos tem demonstrado que as intervenções pedagógicas têm em comum a construção de educação política de jovens que vem perdendo adesão e participação no que tange ao regime político. Atualmente ocorre um aumento de governos autocráticos e de menor adesão a valores democráticos, o que torna necessário pensar em propostas metodológicas que tenham como objetivo reverter o processo supramencionado e sobretudo estimular uma cultura cívica e democrática (MACEDO, 2019).

Segundo Silva (2015), a educação política está dentro das escolas, porém, é preciso:

[...] que se semeie, plante e cultive, novas ações, novos padrões de pensamento e entendimento para a construção de um novo saber, um novo fazer, enfim uma nova cultura política. A ignorância política que faz nascer e dar espaço a pessoas desprovidas de condições para ocupar lugares para os quais não estão preparadas. A educação política é uma das grandes carências na formação do povo brasileiro. Não aprendemos como funciona o poder público, o processo eleitoral, quais as funções dos homens públicos, como recorrer contra abusos de poder. [...] É preciso que os dirigentes dos processos sejam as pessoas mais preparadas isto é conhecedores da ciência política, esta questão deve ser levada à escola, a nação precisa perceber que o caminho é da escola com os estudiosos, pesquisadores com preparação profissional para isto, não podemos continuar permitindo que amadores que se sobressaindo na mídia, o quanto mais engraçado, famoso, esperto, astuto, mais sucesso; buscando ressaltar que não podemos deixar de nos responsabilizarmos pelas dificuldades de nossos representantes na condução da sociedade e pela frustração do povo na hora de escolher, precisamos como educadores estar preparado para atender de maneira correta e eficaz nessa preparação. “Ressalte-se que esses pais são os mesmos que estão nas salas de aulas das escolas, com formação pedagógica deficitária, profetizando sentenças que devem ser absorvidas pelas crianças e adolescentes, sem questionamentos.” (ROMERO, apud SILVA, 2010, pág. 01).

Deve-se compreender que a política na escola é uma construção que envolve vários atores e quando não existe o envolvimento de atores diversos, ocorre uma politização que pressupõe resultados não desejados. É necessário que a política na escola seja tratada no sentido de ampliar a visão de professores e comunidade escolar sobre sua função enquanto agente de transformação da realidade com responsabilidade social. Não resta dúvida que a escola detém grande poder, por isso deve-se ter visão de um futuro mais próximo, incentivando os alunos quanto a sua importância e fazendo com os mesmos percebam que suas vozes podem ser ouvidas, caso contrário terminará por se sentirem perdidos em um discurso vazio,

que não reflete as suas reais buscas, expectativas, dificuldades e necessidades (SILVA, 2015).

Silva (2015), ainda destaca que:

Os professores precisam investir em uma alfabetização política para pôr fim na clausura deste tema em nossas escolas, na defesa de seus direitos, na busca pela ampliação da qualidade de seus ambientes de trabalho, para melhorar as condições de formações continuadas e assim tornar-se professores melhores qualificados para sua prática pedagógica assegurando nos alunos a resposta de seu trabalho. [...]. Porém mesmo com todos os seus esforços, existe a influência da família, da sociedade e os valores que são passados de pai para filho. A escola contemporânea precisa invadir as aulas com assuntos atuais, pois estamos tratando com alunos que estão vivendo no mundo real da informação e por isso precisamos junto com eles elaborar reflexões, procedimentos e mecanismos que os levem a tornar-se cidadãos atuantes. Esses ambientes ou espaços de ensino colocam os jovens estudantes e as suas vozes como os atores centrais do processo educacional, em cada aspecto das operações da escola, incluindo aprendizagem, ensino e liderança.

No que se refere aos conteúdos de ciência política nas propostas curriculares, merece destacar que deve ser considerado como importante instrumento norteador da produção de recursos a serem utilizados no aprendizado, sobretudo de livros didáticos, bem como indicadores de melhorias no processo de aprendizagem. Ainda neste aspecto cabe ressaltar que existem propostas curriculares cujo tema não foi dominação e poder e sim cidadania e movimentos sociais. Além de conteúdos, outro aspecto que destaca é o fato da ciência política estar mais presente no 3º ano, onde os temas cidadania, movimentos sociais e democracia são os mais indicados (BODART; SILVA, 2016).

Nesse contexto, cabe mencionar os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, documento norteador que destaca a importância no ensino médio no sentido de proporcionar condições para que os alunos possam compreender questões políticas clássicas e contemporâneas, tanto no contexto nacional como internacional. O mesmo documento reforça a necessidade de abordar assuntos referentes ao Estado, relações de poder, exercício de democracia, relação entre público e privado, cidadania, movimentos sociais e exercício de democracia (PCN, 2000).

Mesmo diante da proposta oficial presente no documento supracitado, os conteúdos ainda são motivos de discussões entre os estudiosos e pesquisadores. Estes destacam que existem fragilidades no processo de efetivação no ensino de

ciência política, como por exemplo, a falta de tradição em ensinar o referido assunto, a escassez de material didático e professores não habilitados para discutir os temas propostos (BODART, SILVA, 2016).

Outros fatores que comprometem o ensino do conteúdo de ciência política é o número diverso de disciplinas no ensino médio, a carga horária dedicada ao estudo da referida temática, que geralmente contam com apenas uma aula semanal, além da ciência política ser efetivada sob a égide “sociologia”, tendo que abordar assuntos específicos da sociologia e antropologia (MAGALHÃES, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância do papel da ciência política, sua influência no que diz respeito a formação cidadã e o destaque que a Escola merece nesta função, houve a necessidade de compreender como a ciência política tem sido trabalhada neste espaço social. A partir desta proposta observou-se que a referida temática poderá ser compreendida no viés teórico, prático e curricular. O viés teórico voltado para a estrutura do Estado, o prático com vistas alcançar valores democráticos e curricular no tocante a proposta pedagógica.

Para além o espaço escolar, é importante destacar que a formação do cidadão é uma construção que depende de vários atores e em outros espaços sociais. Especificamente na Escola ficou evidente que é necessário ampliar a visão dos professores sobre sua importância no processo de transformação social, bem como necessitam de maior investimento na execução de sua função. Também foi possível perceber que existem lacunas no que se refere a proposta curricular, material didático e indicadores de efetivação da proposta de ensino.

Concluindo, a formação cidadã com base no ensino da ciência política necessita ser reestruturada a partir da formação dos professores, materiais didáticos, fortalecimento da cultura da necessidade de aprendizado da referida temática e maior envolvimento dos atores envolvidos na formação cidadã, além de ser trabalhada em outras etapas, já que acontece geralmente nos anos finais do

ensino médio, Ainda, considerando os vários fatores de fragilidade social, no tocante a formação do cidadão, é oportuno também que seja analisada a importância das instituições sociais neste processo de formação, especificamente o papel da Escola nesta questão. Tendo em vista a complexidade que envolve a formação cidadã, a discussão deve partir da sociedade civil, no caso, pais, alunos, professores e dirigentes de Escolas, além dos representantes da sociedade ocupantes das casas representativas do povo. A partir disso, se deve discutir propostas que busquem implementar valores e princípios com vistas a alcançar frutos de uma sociedade que não se contente apenas em acreditar no que lhe é informado, mas, que se sinta integrante de um poder que possa mudar o curso da formação da sociedade.

5 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política.** São Paulo: Editora paz e terra, 2005.

BODART, Cristiano das Neves. **Fragmentos de Sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935.** Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 30-51, 2015.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Bases Legais. Brasília: MEC, 2000.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n.35, 1997.

KEINERT, Maurício Cardoso. **Autonomia e esclarecimento: o projeto crítico enquanto projeto político.** DoisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 2, p.127-139, outubro, 2010.

MACEDO, Joana da Costa. **A socialização política nos livros didáticos: uma discussão curricular em perspectiva comparada.** CABECS – Revista da

Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 26-47, jul./dez., 2019.

MARTINS, M^a A; **O professor enquanto agente político**. N^o13 Ed. Loyola.1995.

OLIVEIRA, A. Engerroff, A.M.B., Silva, C.F., Santos, B.M.C. **A trajetória da ciência política no Brasil e a sua autonomização: uma análise a partir dos programas de pós-graduação**. Faculdade de Educação. Unicamp. Pro-Posições Campinas, SP, v. 32, p. 1-25, 2021.

SILVA, Angela Lutz. **Ciência Política e sua importância na escola**. XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul. 2015.